



CADERNOS
GESTÃO SOCIAL

Vol. 2, Nº 1, 2009
ISSN: 1982-5447
www.cgs.ufba.br

Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social -
CIAGS

O ENCONTRO DAS ÁGUAS NA(S) AMAZÔNIA (S): EDUCAÇÃO POPULAR E GESTÃO SOCIAL PELA VIA DA EXPERIÊNCIA DA UNIPOP.

Eunápio Dutra do Carmo*

Francisco Silva**

Simone Fonseca***

*Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará - Naea, Graduado em Administração pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio.

E-mail: cesupa@cesupa.br.

**Centro Universitário do Pará.

E-mail: cesupa@cesupa.br.

***Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é mestranda em Educação pela Universidade do Estado do Pará.

E-mail: monefon@yahoo.com.br

Resumo

Trata-se de uma reflexão teórico-metodológica acerca da contribuição da gestão social e dos movimentos sociais na defesa e garantia de uma cultura de direitos, a partir da experiência do Instituto Universidade Popular (Unipop). Prioriza-se uma análise das estratégias sociopolíticas desta entidade na efetivação de uma lógica social que prioriza a inclusão, a interculturalidade e a valorização do saber popular. A pesquisa de campo, com base na observação, entrevista e pesquisa documental, tem no estudo de caso a sua base metodológica de caráter exploratório. As reflexões sinalizam para a relevância dos processos organizativos na construção dessa nova lógica, considerando a educação popular como uma construção social e, ao mesmo tempo, uma possibilidade para desconstruir a condição de exclusão em que

vivem expressivos contingentes de segmentos populares. Situa-se no campo democrático-popular, passando por lutas territorializadas na direção da florestania para as realidades amazônicas brasileiras e de sujeitos que têm protagonizado movimentos de mudanças nos universos culturais diversos e que têm dinamizado debates, dentre os quais se inclui o tema central deste artigo. Destaca-se a contribuição das Instituições de Ensino Superior como possíveis atores a contribuir no fortalecimento das lutas sociais e na possibilidade concreta de apoiar a organização da sociedade civil na construção de novas relações baseadas na perspectiva ético-emancipatória.

Palavras-chave:

Gestão Social; Educação Popular; Cultura de Direitos; Amazônia.

Abstract:

This is a theoretical and methodological reflection on the contribution of social management and social movements in defense and security of culture of rights, from the experience of Uniprop. Priority is given to the analysis of socio-political strategies of this entity in the realization of a social logic that gives priority to inclusion, intercultural events and appreciation of popular knowledge. The field research, based on observation, interview and documentary research, used the case study format as a methodological basis with exploratory character. These reflections point to the importance of organizational processes in the construction of this new logic, considering the popular education as a social construction and at the same time, one possibility for the deconstruction of the condition of exclusion in which lives a meaningful amount of popular segments. The study is situated in the popular-democratic field, going through territorialized struggles from florestania to Brazilian Amazon's reality, histories of individuals playing important roles on the changing movements on the several cultural universes, that have dinamized debates that include the central theme of this article. It highlights the contribution of higher education institutions as possible actors to contribute to the strengthening of social struggles and the real possibility of supporting the organization of civil society in construction of new relationships based on ethical and emancipatory perspective.

Key-words:

Social Management; Popular Education, Culture of Rights; Amazon

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As reflexões acerca dos rumos da gestão organizacional e seu redirecionamento frente às demandas da própria sociedade tornam

imperativa a necessidade de (re)situar-se o papel assumido pela ciência administrativa no campo epistemológico e, sobretudo, prático e político. A intenção volta-se à necessidade de conceber o ser humano sob nova perspectiva, como sujeito histórico, voltando para a construção de um novo desenvolvimento que tenha como base a organização e fortalecimento da sociedade.

[...] No campo das ciências administrativas a gestão é entendida como um processo que visa ao uso racional dos recursos para a realização de fins econômicos. O que significa dizer que o conjunto dos "ativos" deverá ser mobilizado, ajustado, a normas, procedimentos e medidas, que viabilizem a otimização do capital investido. Invertendo (...) o sentido dos valores subjacentes às lutas históricas movidas pelos ideais de democracia, igualdade e direito à vida digna, o uso dado pela ciência administrativa ao termo gestão propõe, assim, o assujeitamento do conjunto das demais dimensões da vida (...) ao objetivo de acumulação capitalista[...]. (SILVA JR., 2008, p. 15)

O campo de atuação das organizações sociais, de caráter democrático e popular, constitui-se em espaços nos quais é possível pensar uma gestão social e humana. Portanto, estas organizações lançam mão do construto de gestão social para fortalecer sua concepção de novo modelo de desenvolvimento. Conceitos como rede, planejamento, organização, controle social são politizados na direção de uma nova racionalidade, a racionalidade substantiva que se afirma a centralidade do humano nas relações e destaca valores como ética e solidariedade. Nesse sentido, as experiências do Instituto Universidade Popular apresentam-se como um espaço materializador de atuação para transformação da realidade social na Amazônia, tendo a gestão social como um dos eixos. O compromisso da Uniprop se consolida na construção de propostas político-pedagógicas que buscam ser referências na formação de dirigentes populares, lideranças, gestores,

educadores sociais e articuladores, tendo o teatro popular como ferramenta. A referida organização vem se constituindo em parte ativa e propositiva na organização e dinamização de fóruns e redes que lutam por uma Amazônia democrática e sustentável como, por exemplo, a participação em eventos como Fórum da Amazônia Oriental, Fórum Estadual dos Direitos de Crianças e Adolescentes e no Programa de Articulação e Diálogo (PAD), por considerar que a ação articulada em rede da sociedade civil é a estratégia fundamental na construção de um novo projeto de sociedade para a(s) Amazônia(s).

Santos (2003) reforça a necessidade dessa atuação em rede quando teoriza sobre a sociologia das ausências, necessária à formação de subjetividades inconformistas e rebeldes, à ação transformadora e à consolidação das subjetividades democráticas. O empoderamento dos movimentos e das organizações sociais é a base dessa construção; rompe-se assim com a política assimilacionista dominante e redefine-se a relação entre igualdade e diferença. Constroem-se assim práticas emancipatórias no seio das estruturas reguladoras. Dessa maneira, formam-se redes de conhecimento e conhecimento em rede, tendo como base a dinâmica elaborada no construto de gestão social.

A missão da Uniprop atrela-se a essa concepção à medida que visa a contribuir para o fortalecimento da identidade político-social e cultural dos grupos de jovens, movimentos sociais, organizações populares e igrejas atuantes na Amazônia, por meio de processos formativos, orientados por estratégias políticas, democrático-populares e ecumênicas que fortaleçam a cultura de mobilização, organização e participação cidadã, como uma via eficaz para um modelo de desenvolvimento pautado na promoção, no controle e na defesa de direitos humanos e, sobretudo, na construção de uma nova cidadania.

Para Demo (2000), é preciso rejeitar a cidadania em sua perspectiva de tutela e, em

grande parte também, superar a cidadania assistida, para que finalmente se chegue à cidadania emancipada, que transforma o sujeito em protagonista de sua própria história. Nesse contexto saber pensar é uma das estratégias mais decisivas. O ser humano, como tal, precisa saber fazer e, principalmente, saber fazer-se oportunidade. Essa é a missão dos movimentos sociais voltados à construção de uma sociedade justa e solidária. Para a Uniprop, "Saber é Poder"¹.

Diante desse quadro, este trabalho analisa as experiências de gestão social da Uniprop, no sentido de perceber a forma como ressignifica e materializa a sua atuação, a partir da idéia de participação e formação. Com isso, emerge a questão central deste debate: *De que forma as experiências de gestão social desta organização contribuem para processos organizativos participativos e democráticos no sentido da edificação de sua missão para um território amazônico com cultura de direitos?* Para tanto, o trabalho está organizado em quatro partes que se complementam. Na primeira parte, faz-se uma apresentação contextualizada da atuação histórica da Uniprop na Amazônia. Na segunda, destaca-se a metodologia de gestão social e seus contornos sociopolíticos e organizacionais. Na terceira, avança-se na discussão e construção das redes de parceria que vem se desenhando no âmbito do campo democrático-popular e, na quarta, o trabalho aponta as principais considerações no intuito de apresentar novas agendas de atuação.

2. A UNIPOP NA AMAZÔNIA: CONTEXTUALIZANDO UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE ATUAÇÃO.

[...] A discussão da gestão social do desenvolvimento se dá, hoje, no contexto de drama e urgência. Um outro mundo é possível

¹ Esse é o lema da UNIPOP desde a sua fundação.

sem dúvida, mas são necessárias mudanças nos processos concretos de tomada de decisão, priorizando sempre os dois grandes objetivos de redução da desigualdade e reequilíbrio ambiental. A orientação básica é que precisamos organizar com muito mais força a presença da sociedade civil no processo. [...] (FILHO, 2008, p. 16).

Na sociedade global, contraditória e desigual, fruto de um processo de dominação cultural, política e econômica, é fundamental (re) construir as bases do processo organizacional, em suas esferas pública e privada, pautando-o na vertente que promove e gere a participação efetiva dos trabalhadores, considerando a construção de uma sociedade em que a justiça e a democracia sejam a regra e não a exceção. Este enfrentamento perpassa um novo desenho organizacional dos movimentos e organizações sociais. Instituiu-se assim a perspectiva de gestão cidadã, com formas diferenciadas de gerir, que promove a participação efetivamente democrática, cidadã e crítica.

A busca pela compreensão macro do cenário social, sua interface com as dinâmicas locais, pautadas na perspectiva intercultural e na construção de novas bases de gestão permitem estabelecer conexões entre a realidade dinâmica dos movimentos sociais e as práticas de gestão baseadas em princípios éticos e de valorização dos sujeitos sociais.

O recorte deste estudo é demarcado pela importância dos movimentos sociais na(s) Amazônia(s) e pela capacidade de redimensionar sua base de gestão a partir da prática social e do exercício da participação democrática e solidária.

Busca-se estabelecer conexões entre o local e o global que permitam compreender e dar significado ao papel que os movimentos sociais vêm tendo na construção de novas formas de gestão pautadas numa lógica inversa àquela imposta pelo sistema capitalista. As profundas mudanças econômico-político-sociais atribuem à sociedade e aos movimentos sociais uma nova importância, novas expectativas são impostas na

busca de resultados concretos para o mercado. Contudo, essas demandas se concretizam num cenário de contradições e múltiplas complexidades, portanto, não se dão de forma harmoniosa.

Nesse campo de lutas e de confronto, os movimentos sociais apresentam iniciativas que tentam democratizar o espaço organizacional, buscando, sobretudo, a construção de novos processos de gestão capazes de mobilizar atores sociais estratégicos e formar cidadãos comprometidos com a luta e críticos frente às situações de negação de direitos.

É buscando aprofundar esse contexto que o presente trabalho se inspira. Este emerge das novas interpretações e significados que vêm sendo atribuídos ao processo de gestão, problematizando-o em novas perspectivas, incluindo o diálogo permanente em categorias como emancipação social, participação democrática, direitos humanos, educação popular.

A necessidade de refletir acerca das contribuições e da materialização da gestão social via movimentos sociais abre espaço para um campo de investigação que se delineia a partir dos processos de gestão desenvolvidos pelas organizações da sociedade civil. Evidenciam-se assim possibilidades de revelar experiências, de refletir sobre o produzido e de apreender por meio das dinâmicas cotidianas desses movimentos. Ações possíveis quando se permitem as devidas rupturas epistemológicas na construção de um novo pensar a gestão organizacional.

Seguindo essa lógica de mobilização popular para defesa dos interesses dos povos da floresta, por meio de uma proposta de empoderamento de atores sociais estratégicos, tem-se como referência, neste trabalho, a Uniprop, uma organização não governamental de educação popular, fundada na década de 80, em Belém/PA, no contexto de mobilização intensa dos movimentos sociais para a construção de uma nova concepção de educação como

instrumento de libertação popular. O alicerce de sua atuação é o enfrentamento da violência e exclusão social e a conquista de direitos dos segmentos populares marginalizados na Amazônia. Para tanto, busca promover ações voltadas aos movimentos sociais no acesso à educação com base no processo recíproco e de trocas de experiências, de vivências, contrapondo-se ao projeto mercantilista e unilateral da educação tradicional. A referida organização apresenta caráter articulador das diversas lutas sociais e a sua concepção política atrela-se aos interesses da população que vive em situação de negação de seus direitos na(s) Amazônia(s). Essa capacidade de mobilização e articulação social foi mais uma vez demonstrada na realização do Fórum Social Mundial (FSM) na Amazônia (2009)², momento em que a Uniprop assumiu papel protagônico na organização do evento, na construção das alianças sociais e na construção de projetos políticos de uma nova sociedade.

A compreensão desse cenário fundamenta-se na análise de temas como gestão, participação, desenvolvimento e território, bem como a localização destes num dado cenário geossocial, na compreensão dos contextos globais e locais em que se inserem. A Amazônia é esse contexto, é espaço contraditório, porém, privilegiado em que um emaranhado de relações se estabelece e interesses divergem. Nessa Amazônia, plural, dita verdadeiramente como Amazônia, a emergência destes interesses divergentes e conflitantes, marcados pela biodiversidade e pela multiculturalidade, traz em seu bojo a organização das populações locais na

² Para alguns analistas como Emir Sader (2009), o FSM tem “sua formidável cara real, com os povos indígenas e o Fórum PanAmazônico, com os movimentos camponeses e a Via Campesina, com os sindicatos e o Mundo do Trabalho, com os movimentos feministas e a Marcha Mundial das Mulheres, os movimentos negros, os movimentos de estudantes, os de jovens – com estes confirmando que são a grande maioria dos protagonistas do FSM”.

defesa de seus interesses. Segundo Hall (2002), esse povo produz conhecimento emancipatório e busca marcar e demarcar sua identidade, seu território.

A constituição do território emerge do lugar e está associada à produção da vida, à cotidianidade (Santos, 1997). Assistimos à redescoberta do lugar, suas práticas e suas relações sociais, pois como nos ensinou Santos (op. cit), no espaço há multiplicidade de ações. Essa constatação é ampliada por Castro (1989), quando sugere uma percepção de ordem teórico-metodológica sobre o espaço amazônico que, longe de ser determinista, é convidativo à pluralidade de reflexões pertinentes às várias Amazônias, sua realidade multifacetada e suas rupturas e, em algumas delas, estão as contradições e as espacialidades dos seus inúmeros municípios. São essas e outras indagações que iluminam a necessidade de se repensar as abordagens e buscar originalidade:

[...] Como captar as principais tendências dos movimentos de transformação em curso nessas Amazônias? Que categorias precisam ser reelaboradas ou descobertas para produzir essa compreensão? (...) A questão central daí levantada é sobre a natureza das rupturas que estão em curso nessas Amazônias. Trata-se de mudanças sem alterar estruturas anteriores de produção? Que gênero de relações sociais estão sendo recriadas? Como entender e interpretar esse presente? É uma fase? Um tempo de transição? Qual seu sentido e substância? [...] (CASTRO, 1989, p. 12)

Deve-se ter clareza de que a relação local e global, saberes e biodiversidade, é, ao mesmo tempo, dicotômica e complementar e se estabelece em espaços contraditórios de interações sociais, neste caso específico, na(s) Amazônia(s).³

³ Segundo Oliveira (2004) o termo Amazônias justifica-se pela existência de um espaço envolto a uma multiculturalidade e sociodiversidade, com identidade

Conclui-se que somente a crítica ao pensamento dual, que divide homem e natureza como partes isoladas de uma mesma relação, permitirá uma compreensão dessas Amazônias e de seus dilemas e saberes. Essa crítica somente será possível pela via da mobilização dos povos locais, de seu empoderamento, por meio dos movimentos sociais organizados e de uma gestão que possibilite o exercício da participação e que inverta a lógica da relação entre o econômico e o social.

3. A METODOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL DA UNIPOP: DESENHO ORGANIZACIONAL E PARTICIPAÇÃO.

O que não respira morre. A respiração incorreta compromete a qualidade da vida e incide diretamente na durabilidade da mesma. Dessa forma, o ar que invade as entranhas do corpo humano, de forma correta e consciente, possibilita o exercício do raciocínio, o que nos faz diferente dos demais animais e, ao mesmo tempo, integra o corpo humano.

É na respiração que o corpo humano se conecta, renova-se e se alimenta para poder caminhar, como afirma Lamber (2001, p.14):

[...] Aprimore seu respirar, aprendendo a utilizar todos os benefícios de sua respiração para sua saúde e sua vida pessoal, profissional, social, planetária e universal. [...].

O preâmbulo acima é para remeter à seguinte reflexão: como nossas organizações estão respirando, no sentido de buscar o aprimoramento das ações na perspectiva de melhor dinamizar o espaço organizacional? E mais qualificada, caminhar em direção aos objetivos assumidos.

A organização, segundo Dias (2001, p. 179):

de cada povo que vive e convive com o amplo e diverso.

[...] É o ente social criado intencionalmente para se conseguir determinados objetivos mediante o trabalho humano e o uso de recursos materiais. Estes entes sociais que têm que ser administrados dispõem de uma determinada estrutura hierárquica estão orientados a certos objetivos e se caracterizam por uma série de relações entre seus componentes: poder, divisão do trabalho, motivação, comunicação etc [...].

Ao se perguntar como respira a organização, seguramente, evidencia-se a forma de gestão que a mesma assume. A gestão é compreendida neste trabalho como a dinâmica adotada com estratégia de viabilização dos objetivos organizacionais, o conjunto das técnicas utilizadas, aspirando à construção de ambiente saudável e propício à convivência humana. Conceber a organização como espaço em processo de humanização é atirar-se na direção de desenhos organizacionais que assumam o ser humano como indivíduo fundamental na concretude da ação. A partir dessa percepção uma nova cultura será estabelecida:

[...] O envolvimento do indivíduo em um sistema, de modo que este considere as metas organizacionais como seus próprios objetivos pessoais, resulta em uma variedades de condutas que apóiam a missão da organização visando obter maior produtividade em suas ações. Além disso, a condição básica para ocasionar a internalização dos objetivos do sistema é auto-realização do indivíduo ao participar na consecução de tais objetivos, pois o indivíduo vê a organização como própria criação, participando de decisões, de suas recompensas, de modo que a organização se torna parte dele e ele parte dela [...]. (KATZ; KAHN, in MOGGI, apud. ARELANO e ALBUQUERQUE, 1999, p. 2).

Desse ponto de vista, torna-se perceptível a progressiva superação dos modelos de administração tradicionais e arcaicos, forjados

por princípios mecanicistas, racionais e cartesianos, para que visões novas, alicerçadas na perspectiva da valorização humana, sejam assumidas como referenciais norteadores da gestão organizacional.

Essa gestão, em construção permanente, balizar-se-á no exercício efetivo da participação, na formação de lideranças democráticas, no desenvolvimento e incentivo permanente à criatividade, à construção e busca do conhecimento, ao trabalho em equipes e à inclusão como condição intransigente desse processo, que precisa ser traduzido na superação das velhas linhas hierarquizadas, alimentadas pelo centralismo, pelas verdades prontas, únicas e prepotentes, por círculos que sejam erguidos pela garantia de direitos, pela confiança mútua entre as pessoas, pelo rejuvenescimento das relações cidadãs.

As organizações estão sendo desafiadas a mudarem, o que sai da dicotomia mudar ou não mudar, para ser uma imposição na existência da mesma e requisito para estarem em sintonia com a sociedade de que são parte. Esse desafio qualifica a organização a revisitar continuamente e de forma sistêmica seu fazer organizacional. Essa disponibilidade leva à constatação de que existem formas renovadas de fazer algo mais qualificado.

Segundo Lambert (2001, p.39), “A respiração fortalece a ligação entre o interior e o exterior e entre o microcosmo e o macrocosmo”. É bem nessa compreensão que a gestão do Instituto Universidade Popular (Uniprop) norteia sua ação e construção de metodologias que favoreçam a consistência de sua gestão nos espaços interno e externo. Dessa forma, o surgimento da organização dar-se-á motivado pelos apelos do ambiente externo, expressos pelas necessidades de formação e qualificação das lideranças e componentes do movimento social do estado do Pará.

Assim, tendo como missão a mobilização, articulação e formação de grupos excluídos, movimentos sociais na Amazônia, na promoção e

garantia dos direitos, a Uniprop tem assumido como condição essencial em todo seu processo de gestão o diálogo envolvente, participativo, aglutinador e inclusivo, como forma concreta e fundamental de fazer com que a organização respire, renove-se, fortaleça-se e se integre. Esses aspectos são a base da metodologia de atuação da Uniprop e isso vem se consolidando pelo papel assumido pelos conselhos democráticos de tomadas de decisão, pelo fortalecimento do desenvolvimento institucional a partir dos eixos de formação de redes sociais e ampliação das políticas públicas locais. Também é perceptível que as relações interpessoais e os processos de mútuos aprendizagem sustentam o rico cotidiano das atividades com os atores sociais reveladores da produção de saberes da superada noção de colaboradores pela noção de sujeitos políticos, portanto, de agentes de transformação social. A conjugação sistêmica, estratégica e política dessa metodologia é favorável para a busca da concretização de uma nova cultura de direitos, de participação e humanização da sociedade, contribuindo com os movimentos sociais, com as igrejas, ONGs, lideranças populares e prioritariamente com a juventude urbana periférica e ribeirinha, possibilitando a construção de alternativas exequíveis e sustentáveis para o desenvolvimento local regional.

Com esse foco e nesses 20 anos de atuação, a Uniprop tem sincronizado sua estrutura às estratégias adotadas e se desafiado a construir metodologias que promovam as condições necessárias ao respeito à vida e à participação cidadã. Dessa forma, compreende que coordenar é buscar formas, conjuntamente, de harmonizar ações e esforços para qualificar e facilitar o desempenho e alcançar a missão desenhada. Uma organização só apresentará resultados quando os indivíduos e ela forem capazes de se comunicar entre si (interação), estiverem dispostos a contribuir com ações concretas (cooperação) e possuírem um propósito comum (objetivos) [Ribeiro, 2003].

Assim, a respiração, para além do biológico, significa energizar-se na busca de novos desafios pautados no enfrentamento coletivo de estruturas sociais baseadas na exclusão social e ausência de políticas públicas que se colocam contra a vida. A Uniprop, portanto, atua em favor e respira pela força do seu coletivo, expressa na sua atuação histórica junto aos movimentos sociais.

4. NOVAS AGENDAS DE MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE REDES COM O CAMPO ACADÊMICO

A relação universidade e organizações sociais no Brasil têm uma história de muitas aprendizagens para ambas as partes, todas marcadas pela exigência da mediação cultural, como campo de construção de significados que possam promover interações em espaços múltiplos. De fato, tem sido difícil ou, pelo menos, não tem sido fácil, para muitos, superar a idéia de intervenção dominadora do saber acadêmico numa realidade em que o saber popular/saber coletivo se faz histórico.

Começar esse subitem com essa reflexão nos ajuda a demarcar uma idéia-força: as organizações sociais só conseguem construir parcerias com as instituições de ensino superior (IES) quando são possíveis tecer mediações políticas e culturais, capazes de aglutinar forças no sentido de ampliar dinâmicas de valorização da vida digna, cidadã e livre. Nesse sentido, a visão linear e esquemista de consultoria, assessoria técnica e espaços de experimento é superada por outra noção de co-participante, co-produtora de idéias para um projeto político, com a qual a gestão social se identifica, pois tanto a academia como a organização social tem no processo de formação de pessoas um dos seus eixos fundantes. Observa-se, portanto, que no âmbito da gestão social, esse eixo pode ser um elemento estruturador de parcerias qualitativas na atuação política das organizações sociais à

medida que se fala em troca de produções de conhecimentos oriundas de ambos os espaços (academia e organizações sociais).

Tal reflexão implica perceber, pela via do processo de formação, como tem sido as experiências de articulação da Uniprop com instituições de ensino superior⁴. Nossos levantamentos indicam constatações no campo da gestão social que apontam algumas áreas de atuação das IES: acompanhamento dos processos de planejamento, integração às equipes de projetos sociais e formação na área de organização e gestão social. Essas constatações nos permitem fazer um diálogo relacionando ação política, mediação cultural e processos de formação que aqui são analisados considerando a missão e os objetivos da Uniprop.

A noção de ação política na antropologia do político, na perspectiva de Montero, Arruti e Pompa (2007)⁵, tem uma conotação de experiência social em que o político se reposiciona por ser fruto das interações dos agentes, das relações de poder postas e das formas que produzem consensos, ou seja, o político está sendo construído, e não é dado pronto. Assim, pretende-se entender a ação política como ação estruturante que está sendo tecida nas relações sociais e tem na mediação cultural a maneira de compreender os sentidos e significados desses processos, a partir do ponto de vista dos sujeitos.

À medida que a ação política revela a redistribuição de poder e a forma de negociação

⁴ As instituições de ensino superior que tem construído programas de parceria com a UNIPROP são diversas com destaque para a Universidade Federal do Pará, Universidade da Amazônia e Centro Universitário do Pará.

⁵ Esclarecemos que o artigo "Para uma Antropologia do Político" está no prelo e apresenta o percurso histórico da categoria política, diferenciando antropologia colonial, antropologia da política, antropologia política e do político, para, por fim, situar a teoria da mediação e uma pauta de "Política e cultura na esfera pública".

presente, interpretados pela mediação cultural que os estuda e descreve, podemos afirmar que a relação Uniprop e IES não é unilateral, sobretudo porque a produção dos símbolos e significações é fruto das relações sociais estabelecidas no entorno das áreas de consensos políticos e divergências reflexivas dos atores envolvidos. Neste sentido, de acordo com as reflexões dos autores aqui trabalhados, a mediação cultural é um processo de produção de códigos de comunicação para a produção da arena política e não afirmação de diálogos unilaterais. O espaço da mediação cultural é o encontro, a disputa, o contato, o jogo político, a interação, a aproximação intercultural que pressupõe poder. E são também espaços de autoridade e de correlação de forças. No bojo destes processos, estão a garantia da politização, afirmação da possibilidade do discordar para concordar com a melhor estratégia para o projeto. Mais uma vez, está se falando em formação, que para a Uniprop, que tem na educação popular sua matriz teórica e metodológica, é a sua maior razão de ser: um espaço de formação para pensar “outro mundo possível”.

O que torna um processo formativo em educativo é a dialogicidade das práticas e das experiências sociais. Reside aí a educação como forma de socialização de saberes e práticas. Por assim conceber, os processos de formação são todos os saberes e conhecimentos produzidos nas experiências humanas que organizam e estimulam práticas sociais, geradoras de sociabilidades diversas, sobretudo pela interseção e cruzamento de saberes. Nas palavras de Santos (2007): ecologia de saberes. A diversidade de conhecimentos e a sua interação são condições para essa ecologia. Os vários tipos de conhecimentos são importantes não importa a sua origem, superando a monocultura do saber (*op. cit.*) e as classificações que hierarquizam para inferiorizar e naturalizar as diferenças. Para “não reduzir a realidade ao que existe” (*op. cit.*), o autor chama a atenção para os conhecimentos que foram ativados como não-existentes, cuja

criação é proposital para as formas de ausência desse outro conhecimento da realidade, descredibilizando como experiência social (sociologia das ausências). Ocorre que, feita a constatação da sociologia das ausências, Santos (2007) avança para a ecologia dos saberes, marcada pela visibilidade dos conhecimentos ausentes e a substituição da monocultura do saber pela ecologia de saberes em que “*o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês*” (Santos, 2007, p. 33).

A combinação da ecologia dos saberes com a mobilização da sociologia das ausências pode ser visualizada no plano da gestão social, pela via da mobilização social e da pedagogia social. Em se tratando da Uniprop, as IES vêm conseguindo articular com a entidade, momentos, fórum, reuniões, assembléias em que são problematizadas e ressignificadas ações que permitam refletir sobre planejamento socialmente participativo, formas de divisão de atribuições, potencialização de papéis e organização sistêmica das ações, por não abrir mão da ação dialogal, da visão dos papéis compartilhados e da firme noção de sujeito político e produtor de saberes de experiências, todas pensadas especialmente em direção de dois objetivos centrais:

[...] Garantir a representatividade institucional, para que a participação nos espaços coletivos como redes, fóruns e conselhos, expresse a Missão, os princípios e os objetivos da instituição e, ao mesmo tempo, fortaleçam as ações e os processos coletivos. - Resgatar e fortalecer a utopia nos processos formativos como motivação capaz de reelaborar valores e crenças que contribuam para a construção de uma sociedade justa e solidária [...] (Plano de Trabalho, 2009).

A relação conhecimento e realidade, na ecologia dos saberes, é significativa. Com base nas inferências acima, novamente lançamos mão

de Santos (2007) para compreender que o importante não é identificar a veracidade do conhecimento, mas “*conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade; a intervenção no real*” (op cit, p.33).

Essa relação poderá desenvolver como resultado uma série de processos, tais como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com dada comunidade; formar o indivíduo para a vida e suas adversidades, ou seja, dar condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para serem reconhecidos como iguais (como seres humanos) dentro de suas diferenças; os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, aprendem a ler e a interpretar o mundo que os cerca; adaptação e respeito do grupo a diferentes culturas e o reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, isto é, trabalhar o “estranhamento”; construção da identidade coletiva de um grupo. Verificamos como importante o desenvolvimento de saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, entendidos como a participação coletiva de pessoas diferentes com metas iguais. A Uniprop traduziu essa concepção em “caráter universal da governança”, que para a entidade corresponde a:

[...] construir algo que nos unifique, que nos possibilite construir a unidade neste imenso mar de desigualdades; garantir que ninguém no território seja violado na sua dignidade de ser humano, com trabalho e renda, saúde e educação. Garantir que ninguém seja discriminado por sexo, cor, raça ou orientação sexual[...]. (Plano de Trabalho, 2009).

Os cursos de formação da Uniprop, em parceria com as IES, estão oportunizando a leitura de cenários, discussão de políticas

públicas para a realidade amazônica e aperfeiçoando, cada vez mais, a atuação de educadores e gestores como agentes políticos de mudança. Como Freire (1977) ensinava, cada um de nós tem uma teoria, independentemente da dimensão de nossa ação. A gestão social pode ser uma das dimensões da teoria da ação de Freire, se entendermos que a consciência da gestão é um ato político-cultural, portanto, essencialmente, dialógico e relacional.

É fundamental protagonizar o coletivo, potencializar sua mobilização, na tentativa de superar pautas impostas pelo Estado e sugerir novas pautas, redefinindo a arena de lutas, pois “*os processos culturais são constitutivos das dinâmicas que procuram redefinir formas de poder social*” (SANTOS, 1999, p. 39). Por esse raciocínio, Santos apresenta diferentes teses construídas a partir das experiências relatadas em estudo de casos, das quais a primeira tese nos identifica como diretamente relacionada aos propósitos deste trabalho:

Tese 1: Diferentes coletivos humanos produzem formas diversas de ver e dividir o mundo, que não obedecem necessariamente às diferenciações eurocêntricas como, por exemplo, a que divide as práticas sociais entre a economia, a sociedade, o Estado e a cultura, ou a que separa drasticamente a natureza da sociedade. Está em curso uma reavaliação das relações entre essas diferentes concepções do mundo e as suas repercussões no direito e na justiça (SANTOS, 2003, p. 60).

Nessa linha de reflexão, temos a contribuição de Dawbor(1999, p.9), na qual investiga a “*capacidade de autotransformação econômica e social*”, sugerindo, dessa forma, os elementos do poder local. O empoderamento das comunidades locais “*permite (...), criar equilíbrios mais democráticos frente ao poder absurdamente centralizado nas mãos das elites*” (op. cit., p. 11). Cumpre ainda destacar que a noção de poder local tem relação com a “*forma como a sociedade decide seu destino, constrói a*

sua transformação e, para dizer de forma resumida, se democratiza” (op. cit., p. 17).

A experiência da Uniprop, na sociobiodiversidade amazônica, contribui para aprofundar discussões nessa perspectiva, com base na gestão social, tendo as IES como parceiras políticas no enfrentamento da lógica do mercado e pulverização de espaços sobre novas práticas educativas induzidas a partir da realidade local, considerando as circunstâncias históricas dadas do local ao global, identificando problemas e possibilidades, elaborando-os como contradições sociais postas na agenda pública e na ação cidadã, articulando-se com movimentos e outras organizações da sociedade civil, na perspectiva de redes sociais, para ampliar a capacidade de incidência política nos processos sociais em curso. Por isso, acreditamos que as parcerias com as IES firmam compromisso no processo de construção permanente de uma agenda para a *florestania* (cidadania na floresta amazônica)⁶, pois o contexto da atuação é fundamental no que se faz e, sobretudo, como se faz, dando razões para se considerar as condições sociopolíticas, culturais e históricas do local como caminho necessário para a realização da emancipação social. Essa é uma agenda permanente e histórica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos que orientam as reflexões feitas até agora se voltam à compreensão da

⁶ A concepção de florestania está vinculada com a organização dos movimentos sociais da Amazônia e com a história de defesa da vida construída nessa região e a “expressão florestania como um novo conceito de vida, linkado com a história, cultura, imaginário e sociedade, além de estimular as práticas comunitárias, projetos, programas e ações de incentivo à construção de uma nova realidade, propondo um novo modelo econômico que leve ao desenvolvimento sustentável no Acre” (GOVERNO, 2009)

construção de novas bases de gestão, como elemento fundamental na tessitura de relações baseadas na alteridade, na radicalidade ética e na centralidade humana, categorias trabalhadas por Freire (2004) quando defende a tolerância como base fundamental do convívio entre humanos, seres diferentes, porém capazes de aprender quando se permitem a troca de saberes.

Neste cenário, os movimentos sociais assumem papel fundamental, pois se consolidam nas contradições da dinâmica e dos conflitos sociais, no encontro com novas racionalidades se reinventam e consolidam novos olhares e concepções acerca da realidade vivida e das possibilidades de enfrentamento. Segundo Gohn (2003, p.08):

[...] O repertório de ações coletivas que os movimentos constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais específicos [...].

Os eixos de atuação da Uniprop (formação, redes de políticas públicas e direitos humanos e desenvolvimento institucional) confirmam essa complexidade e a entidade vem conseguindo inovar nas formas de gestão social de suas atividades, sedimentando assim suas estratégias como organização social que atua na luta pelos direitos dos povos da Amazônia. Isso se confirma na interação complexa e orgânica entre educação popular na linha de reflexão da teoria da ação de Freire, que aponta o conhecimento humano como condição de ação, reflexão e intervenção (práxis humana). Percebe-se também no trabalho da entidade metodologias de construção coletiva (planejamento), (desenhos organizativos plurais e inovadores), processos humanos e formativos (direção) e avaliações propositivas e formativas (controle). Constata-se que a articulação política com as IES colabora para consolidação de indicadores de gestão social que desenha uma nova agenda desatrelada da visão unilateral das organizações sociais enquanto objeto social, mas potencializa, com essa articulação, as ações

afirmativas na direção da prática e a vivência da cultura de direitos em contrapartida ao modelo atual de sociedade, buscando respostas para uma crise civilizatória na linha da mediação cultural.

Na Amazônia, respiram-se múltiplas vidas. É preciso perceber que essa respiração está sendo agredida pela lógica da dominação do capital transnacional. Urge se rebelar para garantir a utopia pela vida. Os saberes dos povos da floresta iluminam a garantia do direito à vida. Nessa sociobiodiversidade, o ar, a chuva e a terra da floresta purificam, fortalecem e exalam novos cheiros e provocam sabores de uma cultura que quer respirar vida digna e justa para todos/as.

Compreender a dimensão e os impactos produzidos pelas ações de formação sociopolítica desenvolvidas pelos movimentos sociais (com destaque para a Uniprop) e suas formas específicas de gerir o social é certamente a possibilidade de agregar novas percepções sobre a prática social e de refletir sobre seus efeitos frente às demandas de uma sociedade excludente, sem desconsiderar a heterogeneidade e dinamismo resultante dessa construção social e histórica de saberes.

REFERÊNCIAS

- ARELLANO, Eliete Bernal e ALBUQUERQUE, Lindolfo Galvão. **Gestão Participativa**: um estudo de caso. IV SEMEAD. São Paulo: Escola de Administração e Economia da USP, 1999.
- CASTRO, Edna e MARIN, Rosa E. A. **Amazônias em Tempo de Transição**. Belém: UFPA/ARNI, 1989.
- DEMO, Pedro. **Política Social do Conhecimento**: Sobre Futuros do Combate à Pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia & Administração**. São Paulo: Alínea, 2001.
- DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FILHO, Genauto C. de F. Definindo gestão social. In: SILVA Jr. *et al.* (org.). **Gestão Social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.
- _____. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.
- GOHN, Maria da Glória (Org). **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- GOVERNO DO ESTADO DO ACRE LANÇA PRÊMIO CHICO MENDES DE FLORESTANIA. Disponível em: http://www.rejuma.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=190:governo. Acesso em: 01/02/09.
- HALL, Stuart. **A Identidade cultural na Pós-Modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LAMBERT, Eduardo. **A terapia da respiração**: relaxterapia. São Paulo: Elevação, 2003.
- MONTERO, Paula (org). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.
- MONTERO, Paula; ARRUTI, José Maurício Paiva e POMPA, Cristina. **Para uma antropologia do político**. 2007 (no prelo).
- OLIVEIRA, Ivanilde Oliveira de (Org.) **Cartografias ribeirinhas**: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. Belém: Graphitte, 2004.
- RIBEIRO, Antônio de Lima. **Teorias da Administração**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SADER, Emir. Balanço do Fórum e do outro mundo possível. Disponível: <http://www.cartamaior.com.br/templates/busca/Executar.cfm>. Acesso em: 27/02/09.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Bomtempo, 2007.

_____.(Org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____.**Uma concepção multicultural dos direitos humanos**. In: Lua Nova. Revista de cultura e política. Brasil: CEDEC, 1997.

SILVA Jr. *et al.* (org.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

